

# 22º Exame de Ordem - 1ª fase - 2003

## Direito Civil

1. No que concerne à responsabilidade civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) ao juiz não é facultado, em nenhuma hipótese, o uso da equidade para fixação do *quantum* indenizatório;
- (b) tendo o dano sido causado por mais de um autor é possível exigir a reparação integral de somente um deles;
- (c) a obrigação de prestar a reparação de um dano causado pelo de *cujus* transmite-se com a herança;
- (d) em um prédio todos os habitantes respondem solidariamente pelos danos causados por coisas dele lançadas, se não se puder determinar especificamente quem foi o causador dos referidos danos.

2. Assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) A lesão destaca-se dos demais defeitos do negócio jurídico por acarretar uma ruptura no equilíbrio contratual na fase de execução do negócio, posterior, portanto, à celebração do mesmo;
- (b) O elemento objetivo da lesão consiste na manifesta desproporção entre as prestações recíprocas, geradoras de lucro exagerado;
- (c) A lesão é modalidade de defeito do negócio jurídico caracterizado pelo vício do consentimento;
- (d) O elemento subjetivo da lesão é caracterizado pela inexperiência ou premente necessidade do lesado.

3. Em relação à simulação é CORRETO afirmar:

- (a) tal como na coação, uma das partes é forçada, mediante grave ameaça, a praticar o ato ou celebrar o negócio;
- (b) na simulação relativa o negócio dissimulado não subsiste, mesmo que seja válido na substância e na forma;
- (c) nunca é acordada com a outra parte ou com as pessoas a quem ela se destina;
- (d) é uma declaração falsa, enganosa, da vontade, visando aparentar negócio diverso do efetivamente desejado.

4. O contrato de seguro se caracteriza por:

- (a) não exigir habilitação específica para a parte que atua como segurador;
- (b) o segurado pode se eximir de pagar o prêmio se não se verificou o risco em previsão do qual se faz o seguro;
- (c) ser um contrato que pressupõe um dever de correção e lealdade de ambas as partes na determinação e comunicação dos riscos do negócio;
- (d) a mora do segurador em pagar o sinistro, quando é inferior a seis meses, não obriga à atualização monetária da indenização devida.

5. A preempção do direito de demandar é:

- (a) a improcedência do pedido;
- (b) o acolhimento do pedido;
- (c) a perda do direito de demandar após a mesma lide ser extinta por três vezes por abandono de causa;
- (d) a homologação de um acordo.

6. O recurso é:

- (a) um dever processual;
- (b) um ato processual atípico;
- (c) um ônus processual;
- (d) uma obrigação processual.

7. A ação regressiva exercida pelo réu em face de terceiro dentro do processo em que é demandado é a:

- (a) oposição;
- (b) assistência;
- (c) nomeação à autoria;
- (d) denúncia da lide.

8. Quanto à coisa julgada é correto dizer que:

- (a) é efeito da sentença;
- (b) é qualidade da sentença;
- (c) é decorrência da preclusão;
- (d) só ocorre quanto às sentenças terminativas.

## Direito Penal

9. No que se refere ao crime de estupro, definido no artigo 213, do Código Penal, qual a alternativa abaixo que se mostra INCORRETA:

- (a) Admite a co-autoria e a participação;
- (b) Por ser crime hediondo, o condenado não poderá obter livramento condicional;
- (c) Para sua configuração, não há necessidade de que ocorra a cópula completa, independentemente de ejaculação;
- (d) O homem não pode ser sujeito passivo da conduta.

10. Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) A pena de multa, se for a única cominada, prescreve em 3 (três) anos;
- (b) A pena de multa prescreve em 2 (dois) anos, mesmo que cumulativamente aplicada com a pena privativa de liberdade;
- (c) A pena de multa, se for a única aplicada, prescreve em 2 (dois) anos;
- (d) A pena de multa prescreve, em qualquer hipótese, no mesmo prazo da pena privativa de liberdade.

11. Indique a única solução que não configura lesão corporal de natureza grave:

- (a) Aceleração de parto;
- (b) Redução permanente de capacidade auditiva;
- (c) Perigo de vida;
- (d) Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de 20 (vinte) dias.

12. No crime de rixa qualificada, o participante que também sofreu lesão grave:

- (a) Exime-se da pena de rixa qualificada;
- (b) Responde apenas por rixa em sua forma simples;
- (c) Não se exime da pena de rixa qualificada e por esta também responde, como os demais participantes;
- (d) Fica isento de qualquer responsabilidade penal.

13. De acordo com a legislação processual penal brasileira, pode-se afirmar que o interrogatório judicial está vinculado:

- (a) à obrigação do acusado de dizer a verdade;
- (b) à obrigação do acusado de responder todas as perguntas feitas pelo juiz;
- (c) ao ônus do acusado de dizer a verdade;
- (d) ao direito de audiência do acusado.

14. O princípio constitucional da ampla defesa se manifesta:

- (a) Somente pela defesa técnica realizada pelo defensor do acusado;
- (b) Somente pela defesa pessoal do acusado;
- (c) Pela defesa técnica feita pelo defensor e pela defesa pessoal do acusado;
- (d) Pela legítima defesa do acusado, quando injustamente agredido.

15. Qual dos princípios a seguir arrolados refere-se à ação penal de iniciativa privada:

- (a) Disponibilidade;
- (b) Obrigatoriedade;
- (c) Divisibilidade;
- (d) Transcendência.

16. Qual é o sistema de avaliação de prova adotado no processo penal brasileiro:

- (a) Sistema da certeza moral do juiz;
- (b) Sistema da prova legal;
- (c) Sistema da certeza moral do legislador;
- (d) Sistema da persuasão racional.

## Direito Trabalhista

17. O período de intervalo intrajornada é:

- (a) de onze horas, no máximo, entre uma jornada e outra;
- (b) de uma hora, no máximo, após seis horas ininterruptas de trabalho;
- (c) de duas horas, no máximo, após seis horas ininterruptas de trabalho;
- (d) de vinte minutos, no máximo, após oito horas na jornada normal de trabalho de qualquer empregado.

18. Não é verdadeira a afirmativa abaixo:

- (a) o aviso prévio corresponde ao salário do empregado na ocasião do despedimento deste;
- (b) o titular da representação dos empregados na CIPA é detentor de estabilidade no emprego;
- (c) o aviso prévio é devido em todas as hipóteses de extinção do contrato de trabalho;
- (d) a estabilidade do dirigente sindical é de caráter provisório.

19. Sobre duração da jornada de trabalho, podemos afirmar que:

- (a) Não existe tempo mínimo de descanso ou intervalo para o retorno ao trabalho, após o encerramento de uma jornada;
- (b) o adicional de horas extras previsto em lei sempre prevalece sobre os adicionais previstos em acordos ou convenções coletivas;
- (c) nas atividades insalubres não pode haver prorrogação da jornada em nenhuma hipótese;
- (d) a lei estipula o "sobreaviso" do ferroviário como sendo o período em que o empregado permanece em sua própria residência (casa) aguardando o chamado do empregador para prestar serviço.

20. Entendendo haver em decisão proferida pela 100ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, contra a empresa XYZ ENGENHARIA LTDA, omissão, J.J. da Silva Filho, por seu advogado, opôs embargos declaratórios, tempestivamente. Assim, é correto afirmar:

- (a) O prazo, à interposição de qualquer outro recurso, permanece suspenso, até o julgamento dos embargos;
- (b) O prazo, à interposição de qualquer outro recurso, permanece interrompido, até o julgamento dos embargos, desde que a matéria ventilada seja de fato (horas extras, por exemplo);
- (c) O prazo, à interposição de qualquer outro recurso, permanece interrompido, até o julgamento dos embargos;
- (d) Inexiste interrupção ou suspensão do prazo recursal.

21. A compensação, no âmbito trabalhista, deve ser argüida:

- (a) Quando da interposição de recurso ordinário, desde que a matéria seja de cunho patrimonial;
- (b) Em qualquer fase do processo;
- (c) Apenas, depois de prolatada a decisão da causa;
- (d) Como matéria de defesa.

22. Em virtude da ausência da reclamada, DIA @ DIA INTERNET LTDA, à audiência da ação de cumprimento proposta pelo sindicato representante de seus empregados, em que é pleiteado o adicional noturno previsto no acordo coletivo de trabalho correspondente para todos os empregados, a 100ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, considerou a empregadora revel e confessa, tendo dispensada a produção de todas as provas, e condenou a empregadora ao pagamento das prestações vencidas e vincendas do adicional. Responda:

- (a) Cabe, de imediato, recurso de revista, no prazo de 15 dias da publicação da decisão;
- (b) Não cabe nenhum recurso por se tratar de decisão interlocutória;
- (c) Cabe, de imediato, recurso ordinário, no prazo de 8 dias da publicação da decisão;
- (d) Cabe, de imediato, recurso ordinário, no prazo de 5 dias da publicação da decisão.

## Direito Comercial

23. Sobre os direitos do credor pignoratício de título de crédito, assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) Assiste-lhe o direito de conservar a posse do título e recuperá-la de quem quer que a detenha;
- (b) Assiste-lhe o direito de assegurar judicialmente seus direitos e os do credor do título empenhado;
- (c) Assiste-lhe o direito de receber a importância inscrita no título e os respectivos juros, se exigíveis, mantendo em seu poder o título sem devolvê-lo ao devedor;
- (d) Assiste-lhe o direito de intimar ao devedor do título para que este não pague ao seu credor, enquanto durar o penhor.

24. Assinale a alternativa CORRETA sobre o seguro contra furto, avaria, perecimento e danos causados a terceiros:

- (a) É obrigatório na alienação fiduciária de veículos;
- (b) É obrigatório na hipoteca de embarcações;
- (c) É obrigatório na alienação fiduciária de direitos creditórios;
- (d) É obrigatório no penhor de veículos.

25. Assinale a alternativa INCORRETA sobre a sociedade em comandita simples:

- (a) Nela, há pelo menos um sócio com responsabilidade ilimitada;
- (b) Nela, quando houver mais de um sócio com responsabilidade ilimitada, a responsabilidade entre esses será solidária;
- (c) Nela, denominam-se sócios comanditados os que têm sua responsabilidade limitada;
- (d) Nela, alguns sócios não respondem além dos fundos com os quais ingressaram na sociedade, ou que se comprometeram a integralizar na sociedade.

26. Assinale a alternativa INCORRETA sobre a sociedade anônima de capital autorizado:

- (a) Nela, somente a Assembléia Geral de Acionistas pode determinar a alteração estatutária referente ao valor do Capital Social, embora o Conselho de Administração, deliberando sobre o aumento de Capital, deva determinar a competente averbação no Registro de Empresas;
- (b) Nela, somente os Acionistas reunidos em Assembléia Geral podem fixar o limite de autorização para aumento do Capital Social;
- (c) Nela, os limites fixados para futuros aumentos do Capital Social somente podem ser estabelecidos em números e espécies de ações;
- (d) Nela, a expressão Capital Autorizado não serve para designar propriamente o Capital Subscrito, nem o parcialmente Realizado, nem o Integralizado, mas serve para quantificar o limite da delegação concedida.

## Direito Tributário

27. A obrigação tributária principal nasce:

- (a) Com a lavratura do Auto de Infração;
- (b) Com a ocorrência do fato gerador;
- (c) Com a constituição definitiva do crédito tributário;
- (d) Com a inscrição do crédito tributário na dívida ativa.

28. Os embargos à execução fiscal devem ser oferecidos no prazo de:

- (a) 10 (dez) dias contados da juntada aos autos do mandado de intimação da penhora;
- (b) 10 (dez) dias contados da intimação da penhora;
- (c) 30 (trinta) dias contados da juntada aos autos do mandado de intimação da penhora;
- (d) 30 (trinta) dias contados da intimação da penhora.

29. Tem efeito retroativo, aplicando-se a ato ou fato pretérito, a lei tributária que:

- (a) Comine penalidade menos severa do que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática;
- (b) Disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário;
- (c) Estabeleça hipóteses de redução de alíquota ou de base de cálculo;
- (d) Defina o fato gerador da obrigação tributária principal.

30. Pode ser progressivo o imposto sobre:

- (a) Serviços de qualquer natureza;
- (b) A propriedade predial e territorial urbana;
- (c) Produtos industrializados;
- (d) Transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos.

## Direito Internacional

31. Assinale a alternativa CORRETA:

A citação por carta rogatória do réu, residente em nosso país, para oferecer sua resposta a processo judicial no exterior só terá validade se:

- (a) for feita exclusivamente de acordo com o direito processual do foro onde tramita o processo;
- (b) for feita exclusivamente de acordo com o direito processual do foro da nacionalidade do réu;
- (c) for cumprida pela Justiça Federal após o *exequatur* do Supremo Tribunal Federal;

(d) for feita por meio postal, desde que registrada com aviso de recebimento.

32. Considerando-se a constituição e a atuação do Comitê Nacional para Refugiados, é CORRETO afirmar que:

- (a) Esse conselho expede o passaporte para estrangeiro ao refugiado assim reconhecido pela Polícia Federal;
- (b) Esse conselho opina quanto a concessão do refúgio a estrangeiros que somente poderá ser concedido pelo Congresso Nacional;
- (c) A política imigratória brasileira é de competência deste conselho;
- (d) **Esse conselho tem competência para apreciar e julgar os pedidos do refúgio no Brasil.**

33. Assinale a opção CORRETA:

- (a) Nenhum brasileiro de origem será extraditado a não ser que haja expressa previsão de tal possibilidade no Tratado de Extradicação;
- (b) **Apenas o brasileiro naturalizado poderá ser extraditado e, mesmo assim, caso tenha cometido crime comum, antes da naturalização, ou haja comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;**
- (c) Apenas será concedida a extradicação de brasileiro de origem se não for comprovado que o crime praticado no exterior é hediondo;
- (d) Não será concedida a extradicação de estrangeiro casado com cidadã brasileira ou que tenha filho menor dependente de suas atividades econômicas.

34. Com relação à situação jurídica do estrangeiro em nosso Estado, assinale a alternativa CORRETA:

- (a) **Ao estrangeiro, portador de visto de trânsito é vedado o exercício de atividade profissional remunerada no Brasil, sendo o mesmo punido com a deportação, caso não atenda esta regra;**
- (b) No Brasil é vedado ao estrangeiro, portador de visto de turista, o exercício de atividade profissional remunerada no Brasil, sendo o mesmo punido com a extradicação, caso haja em desacordo com esta regra;
- (c) Ao estrangeiro, com pedido de extradicação já formulado, deverá ser concedido imediatamente sua retirada do Brasil, sem que o mesmo tenha oportunidade de manifestar quanto ao referido pedido;
- (d) concessão de visto de turista gera ao estrangeiro a expectativa de direito de que será admitido no território brasileiro, sendo o mesmo passível de expulsão, caso seja impedido pela Polícia Federal de ingressar em nosso País.

## Direito Constitucional

35. Com vista ao controle de constitucionalidade, é lícito afirmar que:

- (a) a decisão que declara a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo em ação direta junto ao Supremo Tribunal Federal fica exposta à ação rescisória;
- (b) **o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados e o Procurador-Geral da República incluem-se entre os legitimados ativos para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade por omissão;**
- (c) será admitida a arguição de descumprimento de preceito fundamental, em razão da sua natureza, ainda quando houver outro meio capaz de sanar, de modo eficaz e real, a lesividade apontada;
- (d) é vedado o deferimento de medida cautelar, em ação declaratória de constitucionalidade intentada perante o Supremo Tribunal Federal, mercê do princípio da presunção de constitucionalidade das normas legais.

36. Aponte, acerca da intervenção federal, a alternativa VÁLIDA:

- (a) **incumbe ao Presidente da República decretar a intervenção federal nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios localizados em Território Federal;**
- (b) a nomeação do interventor, no processo interventivo federal, será sempre obrigatória;

- (c) constituindo medida excepcional em relação à autonomia das entidades federativas, a decretação da intervenção federal não está sujeita a lapso temporal prefixado;
- (d) o decreto de intervenção federal será submetido, no prazo de cinco dias, a título de controle político, à apreciação do Senado Federal, que o aprovará ou rejeitará.

**37.** Indique, dentre as que se seguem, com pertinência aos Poderes, a alternativa INCORRETA:

- (a) compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;
- (b) em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal;
- (c) quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, pela via incidental, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado;
- (d) os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões palavras e votos.

**38.** Em tema de processo legislativo, marque, dentre as alternativas abaixo, a que foi formulada com INCORREÇÃO:

- (a) a emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem, não exercitando o Presidente da República poder de sanção ou veto sobre a respectiva proposta;
- (b) a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República terão início na Câmara dos Deputados;
- (c) o veto parcial a projeto de lei somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea, sendo vedado, em consequência, o veto de palavras ou expressões;
- (d) o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias sobre qualquer matéria, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

**39.** É CORRETO afirmar, com pertinência aos remédios constitucionais previstos no ordenamento em vigor, que:

- (a) cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, os habeas corpus decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for concessiva da ordem impetrada;
- (b) direito líquido e certo com força de autorizar o deferimento de mandado de segurança é, segundo a doutrina, aquele capaz de ser comprovado de plano, através de documentação inequívoca;
- (c) como instrumento de índole democrática, a ação popular pode ser intentada por qualquer brasileiro e, inclusive, estrangeiro residente no País;
- (d) é assegurado o mandado de injunção para conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, assim como de terceiro, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

**40.** Nomeie, dentre as hipóteses adiante, a opção válida:

- (a) a decretação do estado de defesa, pelo Presidente da República, não poderá ultrapassar o limite de trinta dias, prazo improrrogável em qualquer circunstância;
- (b) é permitido ao brasileiro naturalizado o exercício de mandato político federal, sendo-lhe facultado exercer, nessa condição, inclusive, o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- (c) os partidos políticos, no Brasil, são pessoas jurídicas de direito privado, devem ter caráter nacional e desfrutam de imunidade tributária quanto ao patrimônio, rendas ou serviços;
- (d) o Tribunal de Contas da União integra a estrutura organizacional do Poder Judiciário, possuindo os seus membros as mesmas garantias,

prerrogativas e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

## Direito Administrativo

41. De acordo com a Lei Federal nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, assinale a opção ERRADA:

(a) Poder concedente é a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão;

(b) Concessão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade cabível, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

(c) Concessão de serviço público precedida da execução de obra pública é a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado;

(d) Permissão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

42. Segundo a Lei Federal nº 10.257/01, Estatuto da Cidade, assinale a opção ERRADA sobre o plano diretor de desenvolvimento e expansão urbana:

(a) O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas;

(b) O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo;

(c) A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista anualmente;

(d) No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos e o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

43. Nos termos da lei Federal nº 4.717/65, que regula a ação popular, marque a opção ERRADA:

(a) A incompetência fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou;

(b) O vício de forma consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato;

(c) A ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo;

(d) O desvio da finalidade se verifica, exclusivamente, quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto explicitamente na regra de competência.

44. A publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos NÃO deverão ter caráter:

(a) de promoção pessoal;

(b) educativo;

(c) informativo;

(d) de orientação social.

## Deontologia Jurídica

45. O advogado RAFAEL MARTINS, regularmente inscrito na OAB/RJ, foi eleito e empossado Prefeito do Município de Petrópolis-RJ. Pergunta-se: Como fica a situação daquele advogado junto à OAB/RJ e no exercício da advocacia?

- (a) Terá sua inscrição na OAB/RJ cancelada e, conseqüentemente, não poderá mais exercer a advocacia;
- (b) Será licenciado pela OAB/RJ e, conseqüentemente, não poderá exercer a advocacia durante o tempo em que for Prefeito do Município de Petrópolis;
- (c) Continuará inscrito na OAB/RJ e exercendo a advocacia, ficando porém impedido de advogar contra a Fazenda Pública que o remunera;
- (d) Continuará inscrito na OAB/RJ e exercendo a advocacia normalmente, sem qualquer restrição.

46. O advogado PAULO BEZERRA, regularmente inscrito na OAB/RJ, dizendo-se especialista em previdência social, envia "mala direta" a pessoas aposentadas oferecendo seus serviços profissionais para revisão judicial dos proventos da aposentadoria. Pergunta-se: Como você classificaria tal atitude de Paulo Bezerra?

- (a) Ele praticou um crime, previsto e punível pelo Código Penal;
- (b) Ele praticou um ato ilícito, previsto em nosso Código Civil vigente;
- (c) Ele cometeu uma infração disciplinar, prevista e punível com a pena de censura pelo Estatuto da Advocacia e da OAB;
- (d) Ele cometeu uma infração disciplinar, prevista e punível com a pena de suspensão pelo Estatuto da Advocacia e da OAB.

47. Fere disposição expressa do Código de Ética e Disciplina da OAB o advogado que:

- (a) Sendo advogado empregado, recusa-se a funcionar como advogado e preposto de sua empresa/empregadora num processo trabalhista;
- (b) Contra a vontade do cliente, renuncia ao mandato daquele cliente;
- (c) Publica, em jornal de grande circulação, um anúncio de seus serviços, informando, além do nome e número de inscrição, seus títulos, especialidade, endereço e horário de atendimento;
- (d) Emite, para garantia de seus honorários profissionais, uma duplicata de prestação de serviços.

48. Uma sociedade de advogados adquire sua personalidade jurídica:

- (a) Apenas com o registro de seu Contrato ou Estatuto Social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- (b) Apenas com o registro de seu Contrato ou Estatuto Social na OAB;
- (c) Apenas com o registro de seu Contrato ou Estatuto Social na Junta Comercial;
- (d) Com o registro de seu Contrato ou Estatuto Social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, na OAB e no CNPJ (Ministério da Fazenda).

49. Quando fazia a sustentação oral numa audiência de instrução e julgamento na 36ª. Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, o advogado do réu injuriou o advogado do autor. Pergunta-se: O que pode acontecer ao advogado do réu por seu ato?

- (a) Ser processado criminalmente pelo ofendido, pelo crime de injúria;
- (b) Ser processado criminalmente e disciplinarmente, pela injúria proferida;
- (c) Ser processado criminalmente, disciplinarmente e civilmente, pela injúria proferida;
- (d) Ser apenas advertido pelo juiz que presidia aquela audiência.

50. Pelo Código de Ética e Disciplina da OAB é permitido ao advogado:

- (a) Recusar a nomeação de outro advogado para trabalhar com ele num processo em que está funcionando;
- (b) Revelar um segredo profissional, quando convocado a depor em juízo, como testemunha, desde que autorizado pelo próprio cliente;
- (c) Substabelecer o mandato, sem reserva de poderes, sem o prévio conhecimento do cliente;

(d) Recusar a defesa de pessoa acusada da prática do crime de pedofilia, por considerá-la culpada da acusação.